EDITAL Nº 034/2019
PROCESSO LICITATORIO Nº 029/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019

Tipo de julgamento: menor preço por item

Edital de pregão para Registro de Preços para o fornecimento de medicamentos, material ambulatorial e material odontológico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que **às 09h:00min, do dia 09 de abril de 2019**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul/RS, localizada na Av. Presidente Vargas, 315, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 001/2019, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando o registro de preços para o fornecimento de medicamentos, material ambulatorial e material odontológico descritos no **anexo I** do presente edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e dos Decretos Municipais nºs 001/2009 e 034/2016, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objetivo o **Registro de Preços** dos bens relacionados no **Anexo I** (observadas especificações estabelecidas), visando aquisição futura de medicamentos material ambulatorial e material odontológico ao Município de Coqueiros do Sul, no período de 12 meses após a publicação da respectiva ata.

1.2. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas na “Ordem de Compra” emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a participação em igualdade de condições.

1.4. A entrega, quando solicitada, deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a solicitação.

1.5. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Coqueiros do Sul poderá adquirir os medicamentos, material ambulatorial e material odontológico constante do **Anexo I**, através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

2.1. Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Ato Convocatório da Sessão Pública de Processamento do Pregão Presencial, devendo protocolar o pedido por escrito no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul/RS, não sendo admitidas impugnações apresentadas via FAX ou qualquer outro meio eletrônico.

2.1.1. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil, anterior à data fixada para recebimento das propostas.

2.1.2. Acolhida à petição contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

2.1.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, por falhas ou irregularidades, a Proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.2. A impugnação feita tempestivamente pela Proponente não o impedirá de participar do processo licitatório.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar do certame todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem os requisitos e condições de credenciamento constantes deste Edital, bem como:

3.1.1. Empresas que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, conforme previsão no Art. 87, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93 e nas respectivas entidades da administração indireta, ou que tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Coqueiros do Sul-RS;

3.1.2. Empresas não reunidas em consórcio que sejam controladas, coligadas ou subsidiadas entre si.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados fora dos envelopes nº 01 e nº 02 os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular com reconhecimento de firmada assinatura do outorgante, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.2. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.3. Será admitido apenas1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.4. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **Anexo II** do Edital e a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, deverão ser apresentados fora dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).

4.5. A não entrega da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação exigida no subitem 4.4 deste Edital implicará o não recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da Proposta de Preço e de Habilitação e, portanto, a não aceitação da Proponente no certame licitatório.

4.6. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta de apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.7. A proponente para valer-se da Lei Complementar nº123/06 da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve apresentar, fora do envelope, Declaração de enquadramento no Regime de Microempresa ou de Pequeno Porte (se enquadrado); expedida pelo contador.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

5.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2019 (razão ou denominação social e endereço do licitante)	ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2019 (razão ou denominação social e endereço do licitante)
---	--

5.2. A proposta deverá ser elaborada preferencialmente em papel timbrado da empresa - papel A4, redigida na língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, em via única, digitado através de meio mecânico ou eletrônico, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se, nesta última hipótese, a procuração.

5.3. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentado em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.4. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

5.5. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas magnéticas ou filmes, admitindo-se fotos gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas.

5.6. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ indicado na Proposta de Preços deverá ser o mesmo da Habilitação, efetivamente o da empresa que vai fornecer o objeto da presente licitação.

5.7. Após a apresentação da Proposta de Preços, não mais caberá desistência do valor proposto ou dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro, sujeitando-se a Proponente às sanções legais.

6. DA PROPOSTA:

6.1. O envelope 01: A proposta de preços deverá conter os seguintes elementos:

a) nome e endereço da proponente;

b) número do Pregão Presencial para Registro de Preços;

c) descrição do objeto da presente licitação em conformidade com o **Anexo I** do Edital, constando indicação do fabricante nacional, marca, garantia e procedência;

d) preço unitário para cada item, expressos em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, **sendo aceito até três casas decimais após a vírgula, nos termos do § 5º do Art. 1º da Lei Federal nº 9.069/95.**

d.1) declaração de que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, foram apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustível, transportes ou fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação;

e) *a proposta deverá, obrigatoriamente, descrever por completo o produto ofertado, indicando marca (medicamento de referência, genérico ou similar) e o fabricante, bem como número registro do produto na ANVISA, sob pena de desclassificação do item.*

f) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

6.2. A proposta deverá obedecer a mesma numeração e especificação dos objetos licitados constantes no **Anexo I** deste edital.

6.3. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irrevogável submissão da Proponente às condições deste edital.

6.4. Não serão admitidas alegações posteriores, que visem o ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pela proponente sobre preços cotados, necessários para a entrega do objeto da presente licitação, no local indicado pelo Município de Coqueiros do Sul.

6.5. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto contratado pela contratada a outra empresa.

6.6. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, por omissão, irregularidade, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.7. Encontra-se disponibilizada junto com o presente edital, software para lançamento de preços pelo licitante, que deverá ser entregue em CD, DVD ou Pen drive, pelo licitante, juntamente com a proposta escrita. A entrega da proposta em meio eletrônico, face ao volume de itens, visa facilitar o lançamento das propostas e agilizar a sessão de lances.

7. DA FORMA DE REAJUSTE DOS PREÇOS:

7.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo registrado, desde que devidamente solicitado pela parte interessada e devidamente comprovada.

7.2. A(s) empresa(s) adjudicatária(s) do REGISTRO DE PREÇOS, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o “equilíbrio econômico financeiro” dos preços vigentes através de requerimento formal, devidamente protocolado na Prefeitura, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração, o fornecimento do(s) produto(s) quando solicitado(s) pela Administração, deverá (ão) ocorrer normalmente, pelo(s) preço(s) registrado(s) em ata.

7.3. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter, tanto quanto possível, a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

7.4. Quando ocorrer, poderá a Prefeitura, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial, assim considerada o jornal local encarregado da publicação dos atos oficiais da Administração Municipal.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. O Envelope 02: Documentos de Habilitação, devidamente lacrado, deverá conter os documentos a seguir relacionados.

8.1.1. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme **Anexo IV**;

8.1.2. REGULARIDADE JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa de Dívida de Débitos de Tributos Estaduais, expedido pela Receita Estadual, do domicílio ou sede da Proponente;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Proponente, relativos à atividade;
- f) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal - Lei 8.036/90, devidamente atualizado;
- g) Prova de regularidade relativa à seguridade social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

8.1.4. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.5. REGULARIDADE TÉCNICA:

a) Cópia do Alvará da Vigilância Sanitária expedido pela Secretaria de Saúde do Estado ou do Município de origem da empresa, quando houver delegação de competência para a emissão do alvará pelo Município. Será exigida a cópia do Certificado referente ao ano de exercício, no qual conste o nome e CRF do farmacêutico responsável quando necessário. Outros documentos, tais como cópias de publicações em Diário Oficial da União, Estados ou Município, nos quais não conste o nome e CRF do farmacêutico não serão aceitos.

b) As distribuidoras que comercializam produtos farmacêuticos deverão apresentar cópia da Autorização de Funcionamento da empresa emitida pelo Ministério da Saúde em vigor e com a data de validade até a abertura do envelope da documentação.

c) Os laboratórios industriais, fabricantes de medicamentos deverão apresentar cópia da Autorização de Funcionamento (Registro) do laboratório no Ministério da Saúde em vigor e com a data de validade até a abertura do envelope da documentação.

d) Os laboratórios industriais fabricantes de medicamentos deverão apresentar, conforme Portaria 2.814 de 29/05/1998 do Ministério da Saúde, republicada no DOU de 18/11/1998 e alterações posteriores, Certificado de Boas Práticas de Fabricação e controle por linha de produção/produtos, em vigor, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Não serão aceitos certificados de caráter genérico, que não especifiquem se o laboratório foi considerado satisfatório para a produção de formas farmacêuticas sólidas, semi-sólidas e líquidas antibióticos, penicilínicos e cefalosporínicos, antibióticos não penicilínicos e não cefalosporínicos.

e) As empresas importadoras de medicamentos deverão seguir as determinações da Portaria do Ministério da Saúde nº 185 de 08 de março de 1999 e da Resolução da Diretoria Colegiada nº 01 de 06 de janeiro de 2003 e 133 de 29 de maio de 2003.

8.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, a contar do momento em que a empresa for declarada vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Municipalidade, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n. 10.520/02.

8.3. Todas as declarações deverão ser assinadas pelo proponente ou representante legal, devendo neste caso ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação cópia da procuração legal que lhe outorga poderes para responder e/ou representar a empresa.

8.4. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

8.4.1. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

8.4.1.1. Caso a licitante apresente a documentação para autenticação pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão ser solicitados até 30 minutos antes da hora prevista para realização de sessão de abertura dos envelopes.

8.4.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento sem substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

8.4.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o Pregoeiro aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

8.4.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, devendo ser observado o seguinte;

a) Se a Proponente for Matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da Matriz, ou;

b) Se a Proponente for filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para Matriz e Filial.

8.4.5. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio poderá diligenciar efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

9. DO PROCEDIMENTO, DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE:

9.1. No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se como credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

9.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope da proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

9.4.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.4.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimado ou inexecutável.

9.4.3. Será considerada superestimada, ocasionando a sua desclassificação, a proposta, cujo valor global exceda o valor estimado pelo Município, conforme o termo de referência **(ANEXO I)**.

9.4.4. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.5. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

9.6. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

9.7. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

9.8. Poderá o Pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

9.9. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, nunca inferior a 1% (um por cento) do menor preço.

9.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

9.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

9.11. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

9.11.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "a", será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

9.11.3. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.11.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no item 9.11.1;

a) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no item 9.11.4, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

9.12. Após a fase de lances, serão classificadas, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no subitem 9.5 "a", e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

9.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

9.14. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

9.15. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.16. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº02 contendo os documentos de habilitação de seu autor.

9.17. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do ITEM.

9.18. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO, DO REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO:

10.1. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

10.2. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de três dias que começará a correr a partir do dia em que houver expediente para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões,

em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

10.3. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

10.4. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente fundamentado à autoridade competente;

10.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

10.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.7. Os recursos, em via original, devem ser protocolados na Sede da Prefeitura, localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 315, Centro, na Cidade de Coqueiros do Sul-RS. Não serão admitidos recursos enviados em qualquer outro meio.

10.8. A adjudicação será feita por Item.

10.9. O prazo de validade do registro de preços será de 12 meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

11.1. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

11.2. Os produtos deverão ser entregues na Unidade Básica de Saúde, sito Rua Pedro Rheinheimer s/nº, Vila Planalto, na Cidade de Coqueiros do Sul-RS.

11.3. O objeto da presente licitação será recebido após vistoria e observadas as especificações contidas no presente edital, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa apresentada.

11.4. O prazo de validade dos medicamentos deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses a contar da entrega do medicamento.

11.5. Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens originais e deverão conter nas respectivas embalagens as seguintes informações: data de fabricação e data de vencimento; número de registro emitido pela ANVISA; e no caso de medicamento genérico deverá constar "Lei 9.787/99".

11.6. A licitante vencedora garantirá a qualidade dos medicamentos pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

11.7. Os medicamentos e materiais deverão ser embalados e transportados adequadamente, de forma a assegurar a sua qualidade.

11.8. A licitante vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o medicamento que vier a ser recusado, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

11.9. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos medicamentos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

11.10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

c) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-lo em conformidade com a indicação da Prefeitura, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será realizado de acordo com as quantidades solicitadas e entregues, dentro do prazo de até 20 (vinte) dias, após o recebimento das notas fiscais/faturas pelo Setor Contábil.

12.2. As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela Proponente Vencedora, ou seja, com o CNPJ idêntico ao da documentação apresentada para habilitação na licitação, não sendo admitida a emissão por filiais da mesma ou por terceiros, e se forem constatadas incorreções serão as notas fiscais devolvidas à contratada para correção e o prazo de pagamento recontado após apresentação da Nota Fiscal/Fatura válida.

12.3. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Proponente Vencedora ou em cheque nominal.

12.4. O preço unitário que vigorará para o presente certame para cada item, será o registrado na Ata do presente registro de preço.

12.5. Os preços registrados somente poderão ser reajustados:

12.5.1. Quando o preço inicialmente registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, a Administração poderá:

a) negociar com o fornecedor a adequação do preço praticado no mercado;

b) liberar o fornecedor do compromisso;

c) convocar os demais fornecedores para novas negociações.

12.5.2. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor mediante requerimento comprovando a impossibilidade de cumprir com seu compromisso, a Administração poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso sem aplicar-lhe as multas decorrentes do ato;

b) convocar os demais fornecedores para novas negociações.

12.6. Nos preços estarão contemplados os custos, despesas diretas e indiretas, benefícios e constituirá a qualquer título a única e completa remuneração pela adequada e perfeita entrega dos itens objeto desta licitação.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura da Ata de Registro de Preços, cuja respectiva minuta constitui o **Anexo III** do presente ato convocatório.

13.2. A adjudicatária deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, comparecer na Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul/RS para assinar Ata de Registro de Preços (Termo de Contrato).

13.3. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, caracterizada a desistência, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

13.4. Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 08 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

13.5. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação em jornal de circulação local e veiculação na Internet (www.coqueirosul.com.br).

14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO:

14.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coqueiros do Sul, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.1.1. A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Coqueiros do Sul, poderá ser aplicada a critério do Licitador à Proponente ou à Contratada, nos seguintes casos:

a) não apresentação na sessão do Pregão da documentação exigida para o certame, no todo ou em parte;

b) apresentação de documentos falsos ou falsificados;

c) recusa em manter a proposta, observado o prazo de sua validade;

d) recusa injustificada em assinar o Contrato de Fornecimento no prazo estabelecido;

e) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do Pregão;

f) cometimento de falhas ou fraudes na execução do Contrato;

g) condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

h) prática de atos ilícitos demonstrando não possuir idoneidade para contratar com o Licitador;

i) ficar evidenciado a prática de conluio.

14.2. Fica facultado ao Município de Coqueiros do Sul, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, como não cumprimento do prazo de entrega, aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor global contratado com a Proponente. A multa poderá ser aplicada a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso.

14.3. Sofrerá advertência quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do Licitador, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

14.4. Nenhuma penalidade será aplicada sem o prévio processo administrativo;

14.5. A aplicação de penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

14.6. As aplicações da penalidade poderão ocorrer de forma cumulativa.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas decorrentes deste Pregão Presencial correrão por conta das seguintes verbas orçamentárias:

0701.10.301.0161.2045	Manutenção Fundo Municipal da Saúde
3390.30.00.00.00	Material de Consumo (rec. 0040-ASPS)
3390.32.00.00.00	Material, Bem, Serviço para distribuição gratuita. (rec. 0040-ASPS)
3390.30.00.00.00	Material de Consumo (rec. 4050)
3390.32.00.00.00	Material, Bem, Serviço para distribuição gratuita. (rec. 4050)

16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME:

16.1. A administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá anular ou revogar a qualquer momento o presente procedimento, mediante despacho fundamentado.

16.2. A anulação ou revogação do procedimento licitatório abrange à do instrumento contratual.

16.3. A Proponente não terá direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

17. DO CRITÉRIO DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO:

17.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação, com base nas leis 8.666/96 e alterações.

18.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

18.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

18.4. A sessão poderá ser suspensa por prazo a ser definida nela própria, para análise prévia e/ou sanar as diligências que se fizerem necessárias.

18.5. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes.

18.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e de acordo com a legislação vigente.

18.7. Integram o presente Edital:

Anexo I–Termo de referência;

Anexo II–Modelo de declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;

Anexo III–Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IV–Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;

Anexo V–Modelo de carta de credenciamento;

18.8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Carazinho-RS.

Gabinete do Prefeito de Coqueiros do Sul/RS, em 26 de março de 2019.

VALOIR CHAPUIS
Prefeito Municipal

ANEXO I

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019
TERMO DE REFERÊNCIA**

Grupo 1 – Medicamentos – Componentes da Cesta Básica

Item	Medicamento - Cesta Básica	Apresentação	Quantia
1. 1	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	Comprimido	60000
1. 2	ACICLOVIR 200MG	Comprimido	1000
1. 3	ACIDO FOLICO 5MG CP	Comprimido	4000
1. 4	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSAO ORAL	Frasco - FRASCO 10ML	100
1. 5	ALOPURINOL 100 MG	Comprimido	1000
1. 6	ALPRAZOLAN 0,5MG	Comprimido	3000
1. 7	ALPRAZOLAN 1MG CP	Comprimido	3000
1. 8	AMINOFILINA 100MG CP	Comprimido	1000
1. 9	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 75 MG	Comprimido	2000
1. 10	BESILATO DE ANLODIPINO 5 MG	Comprimido	3000
1. 11	ATENOLOL 50MG CP	Comprimido	15000
1. 12	ATENOLOL 100 MG	Comprimido	2000
1. 13	ATENSINA 100MG	Comprimido	3000
1. 14	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI AMPOLA	Ampola	100
1. 15	BROMETO IPRATROPIO 0,025MG/ML FRASCO DE 20ML	Frasco	100
1. 16	BROMIDRATO DE FENOTEROL SOLUCAO INALANTE 5MG/ML	Frasco - FRASCO 5ML	100
1. 17	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150 MG	Comprimido	1000
1. 18	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA (BUSCOPAN COMPOSTO) 5ML	Ampola - MONOIDRATADA 500MG IM/IV	50
1. 19	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67 + DIPIRONA 333,4	Frasco	20
1. 20	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA IM/EV 1ML	Ampola	10
1. 21	CAPTOPRIL 50 MG	Comprimido	3000
1. 22	CAPTOPRIL 25 MG CP	Comprimido	3000
1. 23	CARBAMAZEPINA 200MG/ML SUSPENSAO/FRASCO C/100ML	Frasco	100
1. 24	CARBAMAZEPINA 200MG CR - FRACIONAVEL	Comprimido	3000
1. 25	CARBONATO DE CALCIO 500 + VIT D 200 UI CARTELAS	Comprimido	15000
1. 26	CARBONATO DE LITIO 300MG COMP.	Comprimido	2500
1. 27	CARVEDILOL 12,5 MG	Comprimido	1000
1. 28	CARVEDILOL 25 MG	Comprimido	1000
1. 29	CARVEDILOL 3,125 MG	Comprimido	500
1. 30	CEFALEXINA 500MG COMP.	Comprimido	500
1. 31	CEFTRIAXONA 1 GRAMA EV/IM	Ampola	50
1. 32	CLONAZEPAM 0,5 MG	Comprimido	1000
1. 33	CLONAZEPAM 2MG CP	Comprimido	1000
1. 34	CLONAZEPAM 2.5MG/ML - FRASCO 20ML	Frasco	200
1. 35	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA (CIZAX) 10MG CP	Comprimido	1000
1. 36	CLORTALIDONA 25 MG	Comprimido	1000
1. 37	COMPLEXO B CP	Comprimido	8000
1. 38	DEXAMETASONA 1 MG/G/BISNAGAS DE 10G	Bisnaga	200

1. 39	DEXAMETASONA ELIXIR 0,5MG/5ML	Frasco	50
1. 40	DEXCLORFENIRAMINA SOLUCAO ORAL 2MG/5ML 100ML	Frasco	100
1. 41	DIAZEPAM 10MG CP - FRACIONAVEL	Comprimido	3000
1. 42	DICLOFENACO POTASSICO 50 MG	Comprimido	1000
1. 43	DIGOXINA 0,25MG CP	Comprimido	2000
1. 44	DIPIRONA 500MG/ML IV/IM 2M	Ampola	50
1. 45	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 50 MCG SPRAY	Frasco - FRASCO 200 DOSES	50
1. 46	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA 250 MCG SPRAY	Frasco - FRASCO 200 DOSES	100
1. 47	DRAMIN B6 (DIMIDRATO 50MG+CLORIDRATO DE PIRODOXINA 10MG) CP	Comprimido	2000
1. 48	MALEATO DE ENALAPRIL 20 MG	Comprimido	15000
1. 49	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	Comprimido	15000
1. 50	MALEATO DE ENALAPRIL 5 MG	Comprimido	5000
1. 51	ESPIROLACTONA 100 MG	Comprimido	1000
1. 52	ESPIROLACTONA 25 MG CP	Comprimido -	5000
1. 53	FENOBARBITAL 100MG - FRACIONAVEL	Comprimido	7000
1. 54	FITA HGT ON CALL PLUS C/50UND	Caixa	100
1. 55	FLUOXETINA 20MG	Comprimido	10000
1. 56	FOSFATO SODICO DE PREDNISOLONA 1MG/ML - FRASCO 100ML	Frasco	100
1. 57	FUROSEMIDA 40MG COMP.	Comprimido	15000
1. 58	GLIBENCLAMIDA 5MG COMP.	Comprimido	20000
1. 59	GLICOSE 50% IV 10ML	Frasco	20
1. 60	HALOPERIDOL 50MG	Comprimido	3000
1. 61	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG COMP.	Comprimido	5000
1. 62	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG COMP.	Comprimido	20000
1. 63	HIDROXIDO DE ALUMINIO 60MG/ML SUSP. FRASCO C/100ML	Frasco	30
1. 64	IBUPROFENO 300 MG CP	Comprimido	1000
1. 65	IMIPRAMINA 25MG	Comprimido	2000
1. 66	LEVODOPA 200MG + BENZERAZIDA 50MG	Comprimido	1500
1. 67	LEVODOPA 250 MG + CARBIDOPA25MG	Comprimido -	1000
1. 68	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG CP	Comprimido	5000
1. 69	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG CP	Comprimido	7000
1. 70	LEVOTIROXINA SODICA 50 MCG CP	Comprimido	7000
1. 71	LORATADINA 10 MG CP	Comprimido	4000
1. 72	LORATADINA 5MG/ML SUSP FRASCO C/100ML	Frasco	50
1. 73	LOSARTANA POTASSICA 50 MG - FRACIONAVEL	Comprimido	40000
1. 74	MALEATO DE TIMOLOL 0,5 % 5MG/ML	Frasco	30
1. 75	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG - FRACIONAVEL	Comprimido	20000
1. 76	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	Comprimido	3000
1. 77	METILDOPA 250MG	Comprimido	4000
1. 78	METILDOPA 500MG	Comprimido	1500
1. 79	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	Comprimido	1000
1. 80	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA IM/EV 10MG/2ML	Ampola	30
1. 81	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 4MG/ML/FRASCO	Frasco	50
1. 82	MONITRATO DE ISOSSORBIDA 20MG	Comprimido	2000

1. 83	NEOMICINA + BACITRACINA ZINCINICA POMADA - BISNAGA DE 10G	Bisnaga	200
1. 84	NISTATINA SOLUCAO 100.000UI/ML - FRASCO 50ML	Frasco	50
1. 85	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50 MG	Comprimido	2000
1. 86	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25 MG	Comprimido	2000
1. 87	OLEO DARSANI SUSP. FRASCO C/100ML	Frasco	50
1. 88	OLEO MINERAL 100ML	Frasco -	100
1. 89	OMEPRAZOL 20MG COMP. - FRACIONAVEL	Comprimido	40000
1. 90	PARACETAMOL 200MG/ML - FRASCO 20ML	Frasco	100
1. 91	PARACETAMOL 500 MG CP	Comprimido	500
1. 92	PREDNISONA 5MG COMP.	Comprimido	2000
1. 93	PROPILTIOURACILA 100MG	Comprimido	500
1. 94	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	Comprimido	6000
1. 95	RAMIPRIL 2,5MG	Comprimido	500
1. 96	RAMIPRIL 5 MG CP	Comprimido	2000
1. 97	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG	Comprimido	5000
1. 98	SIMETICONA 75MG/ML GOTAS - FRASCO 10ML	Frasco	100
1. 99	SINVASTATINA 20MG	Comprimido	30000
1. 100	SINVASTATINA 40MG	Comprimido	30000
1. 101	SUCCINATO DE METOPROLOL (SELOZOK) 50 MG	Comprimido	8000
1. 102	SUCCINATO DE METOPROLOL (SELOZOK) 25 MG	Comprimido	3000
1. 103	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 40MG+8MG/ML	Frasco - SUPENSÃO ORAL FRASCO DE 50ML	50
1. 104	SULFATO FERROSO 109 MG - CARTELAS	Comprimido	2000
1. 105	SULPIRIDA 50 MG	Comprimido	2000
1. 106	TARTARATO DE METOPROLOL 50MG	Comprimido	500
1. 107	CLORIDRATO DE TIAMINA 300MG	Comprimido	1000
1. 108	CLORIDRATO DE TIORIDAZINA 100MG	Comprimido	1000
1. 109	VARFARINA SODICA 5MG COMP	Comprimido	1000

Grupo 2 – Material Ambulatorial

Item	Material Ambulatorial	Apresentação	Quantia
2. 1	AGULHA 13 X 0,38 CX C/100	Caixa	5
2. 2	AGULHA 13/0,45 CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	20
2. 3	AGULHA 20X0,55 CAIXA COM 100 UNIDADES	Caixa	10
2. 4	AGULHA 25 X 0,6 CX C/100 UNID	Caixa	10
2. 5	AGULHA 25 X 0,7 CAIXA C/100 UNID	Caixa	20
2. 6	AGULHA 25 X 0,8 CX C/100 UNID	Caixa	6
2. 7	AGULHA 40X1,20 CX C/100 UNID	Caixa	6
2. 8	ALCOOL GEL FRASCO C/500ML	Frasco	30
2. 9	AGUA DESTILADA FRASCO C/1000ML	Frasco	8
2. 10	AGUA OXIGENADA 1L	Frasco -	6
2. 11	CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) N 22	Unidade	50
2. 12	CATETER INTRAVENOSO (ABOCATH) N 24	Unidade	20
2. 13	CLOREXIDINA 2% USO TOPICO FRACO DE 1 LITRO	Frasco	4
2. 14	ESPATULA DE AYRE PACOTE C/100UNID	unidade	4
2. 15	ESCOVA CERVICAL/ PREVENTIVO CAIXA C/ 100 UNID	Caixa	4

2. 16	FIXADOR CITOLOGICO FRASCO C/125ML	Frasco - FRASCOS 125ML	6
2. 17	HIPOCLORITO DE SODIO 1% FRASCO DE 1000ML	Frasco - EMBALAGEM DE 1000ML	6
2. 18	IODOFOR SOLUCAO AQUOSA 10% 1 LITRO	Litro	4
2. 19	INDICADOR QUIMICO DE ESTERILIZACAO CLASSE 6 (FITA AUTOCLAVE)	Unidade -	100
2. 20	INDICADOR BIOLÓGICO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR	Unidade	50
2. 21	LUVA DE PROCEDIMENTO CIRURGICO ESTERIL TAMANHO 6,5	- (PARES)	100
2. 22	LUVA DE PROCEDIMENTO CIRURGICO N 7		100
2. 23	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA TAM M CAIXA C/100 UNID	Caixa	25
2. 24	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA TAM P CAIXA C/100 UNID	Caixa	50
2. 25	MICROPORE 1,2CM	Unidade	10
2. 26	OCULOS NASAL	Unidade -	500
2. 27	SOLUCAO RINGER COM LACTATO 500ML USO INTRAVENOSO	Frasco	4
2. 28	SERINGA 10 ML (SEM AGULHA)	Unidade	250
2. 29	SERINGA 20 ML (SEM AGULHA)	Unidade	250
2. 30	SERINGA DE INSULINA (1ML) COM AGULHA	Unidade	500
2. 31	SERINGA 1 ML SEM AGULHA	Unidade	250
2. 32	SOLUCAO FISIOLÓGICA P/VIA TOPICA E INALATORIA (NEBULIZACAO) FRASCO C/100ML	Frasco	150
2. 33	SOLUCAO FISIOLÓGICA P/VIA TOPICA E INALATORIA (NEBULIZACAO) 240ML	Frasco	100
2. 34	SOLUCAO FISIOLÓGICA PARA VIA TOPICA E INALATORIA 500 ML	Unidade	100
2. 35	SOLUCAO GLICOFISIOLÓGICA SISTEMA FECHADO 500ML (USO ENDOVENOSO)	Frasco -	30
2. 36	SONDA NASOGASTRICA N 10	Unidade	1
2. 37	SONDA NASOGASTRICA N 14	Unidade	1
2. 38	SONDA NASOGASTRICA N 16	Unidade	1
2. 39	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 12	Unidade	20
2. 40	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 14	Unidade	20
2. 41	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N 8	Unidade	20
2. 42	SONDA FOLEY 2VIAS N 16	Unidade	4
2. 43	SONDA FOLEY 2 VIAS N 20	Unidade	4
2. 44	SONDA FOLEY 2 VIAS N 22 - RUSCH	Unidade	4

Grupo 3 – Material Odontológico

Item	Material Odontológico	Apresentação	Quantia
3. 1	ADESIVO SINGLE BOND	Frasco	3
3. 2	ANESTESICO LIDOCAINA COM VASOCONSTRUTOR TUBETE 1,8ML C/50UNID	Caixa	6
3. 3	ANESTESICO MEPIVACAINA 3% VASOCONSTRUTOR CX C/50TUBETES	Caixa	4
3. 4	ANESTESICO MEPIVACAINA SEM VASOCONSTRUTOR	Caixa	3
3. 5	BABADOR IMPERMEAVEL PACOTE COM 100 UND	Caixa	20
3. 6	CONJUNTO DE POSICIONADOR DE RX INFANTIL C/6PECAS	unidade	6

3. 7	CONJUNTO DE POSICIONADOR DE RX ADULTO COM 6 PECAS	unidade	4
3. 8	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO KIT C/13G DE BASE + 11G DE CATALISADOR + BLOC DE MISTURA	Caixa	3
3. 9	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR (PO) EMGALAGEM 10 GRAMAS	Frasco -	2
3. 10	PONTA ENHANCE DE POLIMENTO DISCO CAIXA C/ 7 PONTAS	Caixa -	6
3. 11	PONTA ENHANCE POLIMENTO CHAMA (CAIXA C/7 PONTAS)	Caixa	3
3. 12	ESCOVA DE ROBSON COM CERDAS DE NAILON DE 0,18MM	Unidade	50
3. 13	ESCOVA DENTAL INFANTIL	Unidade	500
3. 14	ESPELHO BUCAL N 5 PRIMEIRO PLANO	Unidade	3
3. 15	FILME DE RX ADULTO CAIXA C/50UNIDADES	Caixa	2
3. 16	FILME DE RX INFANTIL CAIXA C/50UNIDADES	Caixa	2
3. 17	FIXADOR DE RX EMBALAGEM DE 500ML	Frasco -	7
3. 18	FLUOR GEL NEUTRO EMBALAGEM COM 200 ML	Frasco	4
3. 19	MASCARA DESCARTAVEL ODONTOLOGICA EMBALAGEM C/50 UNIDADES COR BRANCA	Caixa	4
3. 20	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO EMBALAGEM DE 10G	Unidade -	6
3. 21	PASTA PROFILATICA EMBALAGEM DE 90G	Unidade -	3
3. 22	PASTA P/POLIMENTO DE RESTAURACAO EM RESINA EMBALAGEM DE 10G	Unidade	4
3. 23	REVELADOR DE RX EMBALAGEM DE 500ML	Frasco -	9
3. 24	RENOVADOR DE INSTRUMENTAIS EMBALAGEM C/200ML	Frasco -	6
3. 25	SACO DE SACOLE 4,5X25CM	Caixa - Caixa com 1000unidades	2000
3. 26	SACO DE SACOLE 6CM X 25CM	Unidade	2000
3. 27	TOUCA DESCARTAVEL PACOTE C/50UNIDADES		10
3. 28	VERNIZ FLUORETADO DE USO ODONTOLOGICO EMBALAGEM C/10ML + SOLVENTE C/10ML	Caixa	3

Grupo 4 – Medicamentos Fora da Sexta Básica

Item	Medicamentos Fora da Cesta Básica	Apresentação	Quantia
4. 1	CETOPROFENO 100MG/ML ENDOVENOSO	Frasco	100
4. 2	CETOPROFENO 50MG/ML - IM	Ampola	100
4. 3	CITALOPRAM 20MG	Comprimido	10000
4. 4	COLAGENASE 0,6 U/G+ CLORAFENICOL 0,01G/G - BISNAGA 30G	Ampola	100
4. 5	DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA 0,4MG/ML 0,05MG/ML - FRASCO 100ML	Frasco	100
4. 6	DOMPERIDONA 10MG	Comprimido	5000
4. 7	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG CP	Comprimido	10000
4. 8	FINASTERIDA 5 MG CP	Comprimido	10000
4. 9	PARACETAMOL 500MG C/500 - FRACIONAVEL	Comprimido	2000
4. 10	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20 MG	Comprimido	5000
4. 11	RISPERIDONA	Comprimido	4000

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, sediada _____, declara, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso VII da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre com os requisitos de habilitação previstos no edital do Pregão Presencial nº 012/2019.

Local e Data

Nome e número de Identidade do declarante

ANEXO III

MINUTA DA ATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº.....
ATA Nº.....

Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL CNPJ nº 94.703.980/0001-32, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 315, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr., denominada simplesmente CONTRATANTE, de outro e de outro lado à empresa XXXXXXXXXXXXX, CGC/CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato pôr seu representante legal XXXXXXXXXXXXX, RG XXXXXXXX, CPF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada simplesmente DETENTOR (ES) (EVENTUAL (AIS) CONTRATATO (S)), têm pôr justo e contratado o fornecimento de destinados à secretaria Municipal de, para atender as necessidades pelo período de (doze) meses através de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando o REGISTRO DE PREÇOS, com integral sujeição às normas consubstanciadas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as seguintes cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1. Descrição dos itens:

ITEM	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	PREÇO REGISTRADO	EMPRESA ADJUDICADA

1.2. Apresente ata tem por objeto o **Registro de Preços**, conforme a necessidade do Município, para eventual fornecimento de destinados à manutenção das atividades do município, no período de 12 meses após a publicação da respectiva ata, conforme descrição, marca/procedência e preços unitários relacionados no item anterior.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS RESPONSABILIDADES

2.1. O FORNECEDOR DETENTOR DA ATA compromete-se a manter, durante toda a vigência da presente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. Sempre que julgar necessário, a Prefeitura solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos itens registrados, na quantidade que for preciso, mediante Ordem de Compra.

3.1.2. A Ordem de Compra será enviada via e-mail ao fornecedor, o qual deverá confirmar o recebimento imediatamente.

3.2. A entrega dos medicamentos, materiais ambulatoriais e materiais odontológicos deverão ser realizados nos locais indicados na Ordem de Compra, emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, devidamente acompanhada das notas fiscais eletrônicas ou notas fiscais/faturas correspondentes, **no prazo estipulado neste Registro de Preços e nas quantidades indicadas.**

3.3. A empresa adjudicatária responsabilizar-se-á pela qualidade, estado e conservação do(s) item(ns) licitado(s) e entregue(s), especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

4.1. O recebimento definitivo ocorrerá em até 03 (três) dias úteis, contados a partir da entrega dos itens, acompanhados da respectiva nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul.

4.1.1. No texto da nota fiscal/fatura deverá constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a marca dos itens, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição (Pregão Presencial nº 012/2019).

4.1.2. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou outra circunstância impeditiva, o recebimento definitivo ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias.

4.2 O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após o encaminhamento das notas fiscais/faturas à Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul.

4.2.1. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado desde que a empresa adjudicatária efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.2.2. As despesas decorrentes deste Pregão Presencial correrão por conta das seguintes verbas orçamentárias:

.....

CLÁUSULA QUINTA: DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

5.1. Ficam integrados a esta Ata de Registro, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento do FORNECEDOR DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: edital de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 003/2018 e seus anexos, proposta da proponente vencedora, atas da sessão de credenciamento e processamento do pregão, despacho do Pregoeiro, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.

5.2. Será incorporada a esta Ata, mediante alterações qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência.

5.3. Conforme disposto no art. 15, §2º da Lei 8.666/93, os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA SEXTA: DAVIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Além das obrigações constantes em cláusulas próprias desta Ata, do Edital de Pregão Presencial de nº 003/2018 e seus anexos, em especial as definidas nos diplomas federal e municipal sobre as licitações, cabe ao DETENTOR DA ATA:

- 1) Designar, por escrito, o funcionário responsável para resoluções de eventuais ocorrências durante a execução desta Ata de Registro de Preços, relativos aos recebimentos dos itens adquiridos;
- 2) Zelar pela fiel execução desta Ata de Registro de Preços, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- 3) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 4) Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observações realizadas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

8.1. Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições desta Ata de Registro de Preços, cabe ao CONTRATANTE:

- 1) Indicar formalmente o funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta Ata de Registro de Preços;
- 2) Prestar ao DETENTOR DA ATA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

CLÁUSULA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:

9.1. O DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto deste contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO:

10.1. Em caso de inadimplemento por parte do DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no cumprimento das cláusulas previstas neste termo, será aplicada multa de 10% do valor contratado, garantida ampla defesa e o contraditório.

10.2. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coqueiros do Sul pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

10.3. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas na Lei Federal 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CRC da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO E RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DO CONTRATANTE:

11.1. Este termo poderá ser rescindido na forma, pelos motivos e com as consequências previstas no artigo 75 e 82 da Lei Estadual 6.544/89, e artigos 77 a 80, e 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo Único – O DETENTOR DA ATA reconhece, desde já, os direitos do CONTRATANTE, nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Aplicam-se as omissões deste contrato as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e suas atualizações; e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

12.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente a Comarca de Carazinho/RS, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor, obrigando-se se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Coqueiros do Sul/RS, de de 2019.

MUNICÍPIO DE COQUEIROS DO SUL

EMPRESA REGISTRADA

TESTEMUNHAS

1 _____ 2 _____
Nome Nome

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2019
DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA que:

1. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente Processo Licitatório, bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; e
2. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Acrescentar essa ressalva na declaração, caso afirmativo).

Local e Data

Representante Legal

ANEXO V
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
“D E C L A R A Ç Ã O”

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL-RS
At. Comissão Permanente de Licitações.

Ref.: Pregão Presencial Nº 012/2019

Pelo presente, designamos o Senhor (a) _____, portador do R.G. n. _____ para nosso representante credenciado a responder por esta empresa junto a V. Sas. em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, classificação, lances de preços, habilitação e interposição de recursos, relativamente à documentação de habilitação e às propostas apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2019.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador